

JORNAL DO SINDISEAB



UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS

DESENQUADRADOS



Fórum dos Servidores organiza Audiência Pública

O Fórum das Entidades Sindicais (FES), que representa os servidores públicos do Estado, e do qual o SINDISEAB é membro, definiu unificar a luta de todos os sindicatos em torno dos desenquadrados.

Em reunião ocorrida no dia 3 de novembro, definiram várias ações entre elas uma audiência pública para tratar do assunto, que será realizada no **dia 22 de novembro às 9h no Plenarinho da Assembleia Legislativa.**

Outra ação é a entrega de ofício aos deputados estaduais e federais e demais políticos de várias regiões para garantir apoio a essa luta. Fique por dentro, acesse nosso site e blog www.sindiseab.org.br. LEIA MAIS NA PÁG 4 E 5.

SAS: Hospital Militar já atende servidores em Curitiba PÁG. 2

Dia do Servidor é mais luta do que comemoração PÁG. 3



Projeto de Lei da Adapar está na Alep PÁG. 6

Nota de repúdio ao IAP: Cassação de dirigente liberado PÁG. 7

SINDISEAB finaliza cursos de formação PÁG. 8

SAS

Hospital Militar já atende servidores em Curitiba

Capacidade de atendimento ainda

não é suficiente para atender a todos

Com o vencimento dos contratos junto aos hospitais em Curitiba e Região, em 30 de outubro passado, o DAS (Departamento de Assistência à Saúde) e a SEAP (Secretaria de Administração e Previdência) abriram uma licitação, dia 10 de outubro, mas nenhum hospital se inscreveu para atender a região.

O superintendente do DAS, Fernando de Macedo, e o secretário de administração e previdência, Luiz Eduardo Sebastiani, da SEAP, negociaram com o HPM (Hospital da Polícia Militar) para que sejam feitos atendimentos de emergência e urgência. A notícia foi apresentada ao FES (Fórum das Entidades Sindicais) na conversa no Palácio das Araucárias no dia 26 de outubro.

A Comissão de Saúde do FES está acompanhando desde o dia 28 de outubro, quando o HPM começou a atender os servidores da região de Curitiba, em re-

gime de urgência e emergência. Conforme foi tratado na reunião com o governo, alguns convênios permaneceriam, entre eles, Maternidade Santa Brígida de atendimento as gestantes.

A CORRIDA CONTINUA

A Comissão de Saúde do FES protocolou no DAS pedido de agendamento, com urgência, de uma nova reunião para tratar dos tramites do contrato de atendimento pelo SAS por período de até 12 meses. Será cobrada nesta reunião, quais as garantias de atendimento ao servidor; como infraestrutura necessária, efetivação de vários convênios com outras instituições de saúde, para atender a demanda de mais de 100 mil servidores, como também o corpo clínico necessário para atender toda essa demanda. Os novos contratos para serviços médico-hospitalares, se aparecerem interessados, terão um prazo de 180 dias.

Hoje o governo afirma gastar R\$ 100 milhões com o SAS. O modelo que precisa ser reformulado, posição de consenso entre FES e governo. Mas até agora o governo apenas apresentou um esboço do que seria o novo plano, semelhante ao do Rio Grande do Sul, e que, de acordo com o próprio governo teria um custo de R\$ 400 milhões, com a possibilidade de contribuição dos servidores.

SERVIÇO:

HPM – HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR

Av. Prof. Omar Sabbag, 894
Jd. Botânico - Curitiba/PR -
80.210-000

Tel: (41) 3262-2549

Dúvidas e reclamações
entrar em contato com a
ouvidoria do SAS:

www.sas.pr.gov.br

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ALEP VISITA HOSPITAL DA PM

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, deputado Tadeu Veneri, conversou com o diretor geral do HPM, coronel Antônio Roxo Neto. Constatou que o HPM não tem capacidade física nem de pessoal para atender a demanda extra: 118 mil servidores. Somente na primeira semana, houve um aumento de 40% no número de usuários. Segundo o diretor, o Hospital não tem condições de atender casos de internamento e os militares têm preferência no atendimento. Os servidores que precisam de internamento são transferidos para hospitais da Região Metropolitana e vão para o Sistema Único de Saúde (SUS)



DEPUTADO TADEU VENERI E O DIRETOR GERAL DO HPM, CORONEL ANTÔNIO ROXO NETO FAZEM VISTORIA NO HOSPITAL

Foto: Assessoria Dep. Tadeu Veneri

ParanaPrevidência mostra despesas detalhadas

No dia 27 de outubro, foi realizada a reunião mensal do Conselho de Administração da ParanaPrevidência. Na ocasião, o conselheiro Heitor Raymundo solicitou a separação das despesas contidas no Relatório de Investimentos, por Poder e Órgão. Ou seja, o quanto se gasta com Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público, para melhor avaliação dos números. As receitas já eram detalhadas, mas as despesas não. Note que o Tribunal de Contas recebeu em benefícios quase R\$ 100 mil a mais do que contribuiu. O fluxo financeiro do mês de setembro de 2011 foi apresentado na tabela ao lado.



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA DO FES

A próxima reunião será no dia 24 de novembro. A Comissão da ParanaPrevidência do Fórum das Entidades Sindicais acompanhou a reunião, a 1ª Tesoureira do SINDISEAB, Maria Auxiliadora Fernandes, faz parte da comissão.

RECEITAS

Receitas de repasse das contribuições dos servidores	35.939.279,39
Executivo	30.848.721,78
Assembleia Legislativa	161.185,92
Tribunal de Contas	549.069,62
Tribunal de Justiça	2.963.732,06
Ministério Público	1.416.570,01
Repasse de receitas de contribuições do Estado	35.939.279,39
Autoprocínio	104.200,84
Devolução de Benefícios	48.235,80
Amortização dos CTFs	17.625.456,30
Aluguel	272.052,29
COMPREV	670.485,04
Rendimento de Investimentos (Mercado)	153.693.921,85
TOTAL DE RECEITAS	244.292.910,90

DESPESAS

Pagamento de Benefícios	66.119.993,51
Executivo	62.515.258,01
Assembleia Legislativa	57.473,62
Tribunal de Contas	650.354,14
Tribunal de Justiça	2.123.867,92
Ministério Público	773.075,82
Depósito/Execução Judicial	160.273,13
Devolução de contribuições	15.505,57
TOTAL DE DESPESAS	66.295.772,21

25 DE OUTUBRO

Dia do Servidor é mais luta do que comemoração

MANHÃ DE LUTA

No dia 26 de outubro os servidores estaduais estiveram mobilizados em frente ao Palácio das Araucárias. No final da manhã o Fórum das Entidades Sindicais (FES) foi recebido pelo governador, Beto Richa, e pelo Secretário de Administração e Previdência, Luiz Eduardo Sebastiani.

O governador reafirmou o compromisso com a valorização dos servidores e dos servi-

ços públicos, mas explicou que as reivindicações estão sendo atendidas aos poucos, já que a economia do Estado não é boa e herdou várias dívidas. Garantiu a negociação permanente com os sindicatos e suas áreas afins e também do FES com a Seap.

De acordo com Heitor Raimundo, coordenador do FES e diretor do SINDISEAB, "A avaliação do Fórum é de que a reunião com o governo atingiu o objetivo

que foi a negociação, mas ainda há muita luta pela frente".

TARDE DE INDIGNAÇÃO

Descaso e falta de consideração foram as palavras mais ouvidas nas galerias da Assembleia Legislativa na tarde do dia 26. Mais de 600 servidores lotavam as galerias da casa para acompanhar a sessão e ouvir o pronunciamento da coordenadora do FES e presidente da APP-Sindicato, Marlei Fernandes.

Mas infelizmente os servidores foram surpreendidos com a suspensão da sessão por falta de quórum. São necessários no mínimo 18 deputados e apenas 16 estavam presentes. O Dia do Servidor é comemorado em todo país no dia 28 de outubro, mas este ano os servidores paranaenses deliberaram por adiantar a mobilização para aproveitar a última sessão da Assembleia Legis-

lativa da semana para levar aos deputados as reivindicações. Por isso, a atividade foi "esvaziada". "Apesar do descaso de alguns parlamentares, nossa luta não acaba aqui, vamos continuar reivindicando e lutando por melhorias", ressaltou Marlei Fernandes, presidente da APP-Sindicato.

PAUTA CONJUNTA DE REIVINDICAÇÕES

- Reajuste das Gratificações (14,89%)
- Extensão do Decreto 7774/2010 aos Agentes de Apoio e Execução
- Solução definitiva para os desenquadrados
- Concurso Público
- Melhorias do SAS e ParanaPrevidência
- Benefícios sociais (Aux. Alimentação, Vale Transporte, Aux. Creche/Pré-Escola)



SERVIDORES LOTAM AS GALERIAS DA ALEP, MAS SESSÃO É SUSPENSÃO POR FALTA DE QUÓRUM

ATO PÚBLICO EM FRENTE AO PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS, 26 DE OUTUBRO

FES PARTICIPA DE REUNIÃO COM GOVERNADOR E SEAP

FÓRUM DAS ENTIDADES SINDICAIS VOLTA À ALEP

O Fórum das Entidades Sindicais (FES) voltou à Alep no dia 31 de outubro, desta vez a coordenadora geral do FES, Marlei Fernandes de Carvalho, que afirmou: "A nossa maior cobrança é pela valorização das carreiras, dos servidores e do serviço público".

ENTRE AS REIVINDICAÇÕES DO FES DESTACAM-SE:

- Novo modelo de assistência à saúde dos servidores;
- Os servidores e o movimento sindical querem debater com os deputados a proposta de orçamento para 2012 e as políticas públicas contempladas;
- Que a previsão orçamentária inclua o valor da database dos servidores, uma política de saúde integral para os servidores, a incorporação e reajuste das gratificações etc;
- Que o governo atenda a principal reivindicação dos servidores da saúde, que é a jornada de até 30 horas semanais;
- Solução imediata para os servidores que trabalham em desvio de função, os chamados desenquadrados. O Fórum já apresentou várias propostas ao governo que podem solucionar estas situações;
- ParanaPrevidência: O FES defende que o novo plano de custeio seja amplamente discutido com os servidores, compromisso assumido do atual governo com o funcionalismo e suas representações.

SINDISEAB NA LUTA

O SINDISEAB contou com a presença de representantes das cidades de Francisco Beltrão, Pato Branco, Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, Umuarama e Litoral. Companheiros da capital da Seab, Sema, Iap, Itcg, Instituto das Águas e do viveiro Guatupê também estavam presentes. Parabéns a todos pelo engajamento!

DEPOIMENTOS

“Tenho participado de atos públicos promovidos pelo sindicato. Vejo que este ato tem uma importância grande para o servidor. Temos visto pela história do SINDISEAB que nossas conquistas só avançam a partir do momento que há mobilização com o servidor na rua”. **DONIZZETI, SEAB de Maringá.**

“Vamos nos reunir e mostrar pro governo que a gente precisa ser atendido. Vim pra me integrar com o povo, pra mostrar o que a gente quer”. **ERIVALDO, IAP Escritório Regional de Curitiba.**

“Temos que alertar o governo para nos dar condições de trabalho e consertar o que está defasado”. **ODAIR, viveiro Guatupê.**

“Este é um momento de expressarmos nossos sentimentos. Dar novos rumos para conquistarmos melhorias no serviço público e em nossa remuneração também”. **CIDNEI, IAP de Umuarama.**

HISTÓRICO

DESENQUADRADOS



08/04/2011

ATO PÚBLICO DO FES – PAUTA CONJUNTA DEFENDE SOLUÇÃO PARA OS DESENQUADRADOS

Desenquadrados são servidores que entraram no serviço público com um cargo de nível de apoio (ensino fundamental), ou de execução (ensino médio), se profissionalizaram e hoje exercem atribuições mais qualificadas que seus cargos/funções de ingresso, mas não recebem a devida contrapartida. Ou seja, o Estado utiliza de mão de obra especializada, mas paga o valor de um serviço menos qualificado.

Depois de muita negociação com o governo e mobilização sindical alguns servidores conseguiram o reenquadramento, outros estão à espera até hoje e há ainda os que não têm qualquer expectativa. No ambiente de trabalho o clima é tenso: servidores desempenhando a mesma função e recebendo salários diferentes, ferindo os princípios de igualdade e isonomia.

O SINDISEAB sempre esteve atento à questão. Acompanhe os principais fatos desta história:

ANTES DE 1988

Até a promulgação da Constituição, os funcionários públicos eram admitidos por um simples teste seletivo, ou indicação política. Naquele tempo, existia alguma mobilidade funcional no serviço público.

1988

Promulgação da Constituição Federal - em 5 de outubro, o Artigo 97, do Capítulo VII, da Constituição da República Federativa do Brasil definiu a exigência de concurso para o ingresso no Serviço Público; o regime jurídico único e garantiu a estabilidade.

1992

Criada a Lei 10.219/92 - de 21 de dezembro. Todos os trabalhadores que eram contratados pelo Estado sob o regime CLT foram convertidos em funcionários públicos (estatutários). A conversão se fez sem qualquer enquadramento.

1998

Criada a Emenda Constitucional nº 19 - de 4 de junho. A EC-19 detalhou as regras para o concurso público. "A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei".

2002

Criada a Lei estadual nº 13.666 - de 5 de julho, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE). Os funcionários do Quadro Geral do Estado (QGE) foram enquadrados no QPPE, de acordo com as funções de origem e salários imediatamente superiores. Mas ficaram casos desajustados precisando de revisão administrativa.

2004

Criada a lei estadual nº 14.590 - de 22 de dezembro, que possibilitava o enquadramento a todos os que possuísem a escolaridade correspondente a cargo diverso do qual foram enquadrados e que estivessem desempenhando funções correlatas às suas escolaridades, ou seja, o reenquadramento.

2005 - ABRIL

A Associação Nacional dos Procuradores do Estado (ANAPPE) entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 3476), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A ação teve negado seu seguimento, em agosto do mesmo ano.

2005 - DEZEMBRO

O Procurador Geral da República propõe Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 3554), caracterizando o enquadramento

SERVIDORES DESEMPENHANDO A MESMA FUNÇÃO E RECEBENDO SALÁRIOS DIFERENTES, FERINDO OS PRINCÍPIOS DE IGUALDADE E ISONOMIA.



27/09/2011

FES VAI A PGE COBRAR RESPOSTAS PARA O ENQUADRAMENTO



25/10/2011

REUNIÃO DA COMISSÃO DOS DESENQUADRADOS DO SINDISEAB



03/11/2011

FES MONTA COMISSÃO PARA LUTAR PELOS DESENQUADRADOS

da lei 14.590/04 como ascensão funcional. Portanto, inconstitucional. O STF não concedeu liminar. Tal lei está em vigor, mas o governo resolveu não colocá-la em prática em sua integralidade, determinando em cada requerimento que aguardasse a decisão do STF.

2010 - 22 DE ABRIL

Governo enquadra somente 10 servidores, publicação feita no Diário Oficial nº 8204.

2010 - 10 DE AGOSTO

o Procurador Geral do Estado do Paraná, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, divulga Nota Técnica nº 109/2010 sobre revisão do enquadramento realizado em 2002, em que defende o enquadramento e define critérios.

2010 - SETEMBRO

SINDISEAB forma nova Comissão dos Desenquadrados.

2010 - 14 DE SETEMBRO

em reunião com a Secretaria de Administração e Previdência (SEAP) ficou definido que os processos ficariam concentrados na SEAP para análise dos procuradores. Na ocasião, dos 1.400 processos, 600 já tinham sido analisados. Os que estavam com falta de documentação seriam devolvidos aos interessados com as devidas orientações.

2010 - 22 DE SETEMBRO

SEAP e PGE publicam em conjunto no Diário Oficial nº 8309 o deferimento para o en-

quadramento de 85 servidores. Nesta primeira lista constam 27 associados do SINDISEAB.

2010 - 28 DE OUTUBRO

PGE divulga a segunda lista: 169 nomes para o enquadramento no DOE nº 8333. Dessa lista, 68 servidores são associados ao SINDISEAB.

2010 - 22 DE NOVEMBRO

SEAP promete ao SINDISEAB que os reenquadramentos teriam continuidade com a mudança para o governo Beto Richa.

2010 - NOVEMBRO

SEAP divulga nota dizendo ter analisado dois mil processos, dos quais 267 foram deferidos com a promessa de enquadramento.

2010 - 29 DE NOVEMBRO

SEAP divulga terceira lista de enquadramento no Diário Oficial do Estado nº 8352.

2010 - 31 DE DEZEMBRO

Divulgada a quarta lista no DOE nº 8370.

2011 - 16 E 17 DE FEVEREIRO

O FES realiza plenária e planejamento estratégico com a presença da Seap. Na ocasião, o SINDISEAB reivindicou agilidade na conclusão dos enquadramentos.

2011 - FEVEREIRO

SEAP muda o discurso dizendo que os procedimentos realizados pelo governo seriam revistos

para ver a “constitucionalidade e avaliações jurídicas”. SINDISEAB reapresenta proposta de criação das Classes Especiais para resolver o problema.

2011 - 1º DE MARÇO

O SINDISEAB realiza plenária e forma nova Comissão dos Desenquadrados. Neste mesmo dia, a comissão vai à Seap e recebe promessa de resposta até o dia 18 de março.

2011 - 29 DE MARÇO

Seap volta atrás apresentando o parecer da PGE 29/2011, que invalida o enquadramento dos servidores do QPPE. Os servidores da terceira e quarta listas deixaram de ser enquadrados, e processos que estavam em análise passaram a ser indeferidos.

2011 - 08 DE ABRIL

em reunião com FES, Seap reafirma posição do parecer/PGE 29/2011.

2011 - MAIO

SINDISEAB divulga, no jornal da entidade, Comunicado Oficial sobre os desenquadrados esclarecendo as medidas judiciais adotadas: mandados de segurança e recursos administrativos visando à obtenção do enquadramento e defendendo a isonomia para todos os servidores.

2011 - JULHO E AGOSTO

Plenárias Regionais do SINDISEAB apontam o descontentamento dos servidores com a suspensão dos enquadramentos

e lutam por uma solução definitiva.

2011 - 08 DE AGOSTO

Dirigentes do SINDISEAB vão à Assembleia Legislativa conversar com a liderança do governo sobre os desenquadrados.

2011 - 27 DE SETEMBRO

O FES vai à PGE tratar o tema. PGE confirma parecer 29/2011. O FES defende a efetivação do enquadramento e propõe a criação de Tabela Salarial – Classe Especial ou implantação da GAST visando à isonomia entre os servidores.

2011 - 25 DE OUTUBRO

SINDISEAB, na Plenária dos Desenquadrados, decide fazer mobilizações e ações políticas, na capital e no interior, para resolver o assunto.

2011 - 26 DE OUTUBRO

O FES cobra da Seap na comemoração do Dia do Servidor, mais uma vez resolução para o problema.

2011 - 03 DE NOVEMBRO

O FES decide fazer campanha unificada.

2011 - 22 DE NOVEMBRO

Audiência Pública dos Desenquadrados na Alep, parceria entre FES e deputado Professor Lemos.

Projeto de Lei da Adapar está na Alep

O governador, Beto Richa, no dia 19 de outubro, enviou dois projetos de lei para a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) um com a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) - PL 847/11 e outro com a constituição do plano de cargos, carreiras e salários - PL 848/11. Os dois projetos já receberam parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças, e aguardam para votação em plenário desde 8 de novembro.

A última informação é de que houve uma reunião no gabinete da presidência da Alep, entre deputados e secretário da Agricultura e foi definido que o PL 847 (criação da Adapar) seguirá o trâmite normal na casa, e que o PL 848 (carreiras) será analisado mais profundamente junto com ParanaPrevidência, PGE, Ministério Público e Tribunal de Contas no caso das transposições de cargos. O prazo final dessa análise ficou para 5 de dezembro. Aí sim o PL 848 segue para votação ou poderá sofrer mudanças.

Os textos dos PLs estão disponíveis em nosso site. Lá você também pode acessar o documento com a análise completa do PL 848 e 847 feita pela direção do SINDISEAB. Você pode enviar sua contribuição, participe!

O SINDISEAB elaborou em conjunto com os servidores da Seab documento com propostas ao PL da Adapar, que foi entregue ao Secretário da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, ainda na fase de redação do projeto.

Agora os projetos já estão na Alep, veja o que ainda há de pendências e o que já foi conquistado.

REIVINDICAÇÕES:

APESAR DA LUTA E NEGOCIAÇÃO, AINDA RESTAM PONTOS NÃO ATENDIDOS

- Aproveitamento dos servidores dos Postos de Fiscalização Sanitária e Fitossanitária (PFSF),

sejam Agentes de Apoio (AA) ou de Execução (AE).

- Inclusão e aproveitamento para os AA, assim como se fará para os AE e Agentes Profissionais (AP).
- Incorporação da Gratificação por Exercício de Encargos Especiais (GEEE).
- Proporcionalidade do vencimento base da carreira de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária para 65% do vencimento base da carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária. Também foi pedido para que a proporcionalidade fosse respeitada nos adicionais.
- Aproveitamento dos servidores AA do Defis.
- Aproveitamento de todos os servidores AE e não somente os que estão na função de Técnico de Manejo e Meio Ambiente.
- Oportunidade de escolha para todos os servidores da Seab, de todos os setores, para o ingresso na Adapar.
- Revogação dos incisos de I a VI, do art. 15º que tratam do afastamento de funcionário em estágio probatório e avaliação de desempenho. Provável inconstitucionalidade já que caso o servidor exerça cargo eletivo, sindical ou ainda entre em licença saúde, paternidade e maternidade, isto pode ser fator para suspensão para avaliação do estágio probatório. Fere direitos individuais e constitucionais.
- Manutenção da GEEE para os servidores que forem para Adapar, que não deve ser incorporada nos novos adicionais.
- Manutenção da Gratificação de Insalubridade (GI) e conversão em percentual, também não deve ser incorporada nos novos adicionais.
- Todos os servidores da ADAPAR devem receber uma gratificação pelo exercício de atividades penosas, insalubres ou perigosas e não somente aqueles oriundos do Defis.
- Todas as atividades da Adapar devem ser supridas por servidores da Seab ou por novos concursados não se admitindo contratação por prestação de serviços (terceirizados), exceto nas funções de asseio, vigilância, conservação e limpeza.



- Criação de Programa de Saúde, Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental, além de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, Saúde Ocupacional, entre outros.

mos o aumento dos adicionais previsto na lei de reajuste anual dos servidores).

SAIBA MAIS

ADAPAR: É a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná que tem a finalidade de fazer a defesa agropecuária, inspeção sanitária dos produtos de origem animal, prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população. Irá garantir a segurança, regularidade e qualidade dos insumos de uso na agricultura e pecuária. Fará também a fiscalização e cumprimento de ações que importem à defesa sanitária animal e vegetal. A Agência terá patrimônio e receitas próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira.

CARREIRA: Serão criados 1200 cargos efetivos, sendo 600 nível superior (Fiscal de Defesa Agropecuária) e 600 nível médio-técnico (Assistente Agropecuário). 20 cargos em comissão (DAS-1, DAS-2, DAS-4 e DAS-5).

SALÁRIOS: Para nível superior (Fiscal) inicial é de R\$ 5.054,18 até R\$ 16.467,75. Para nível médio-técnico (Assistente) inicial é de R\$ 2.021,67 até R\$ 6.001,88.

OBS.: Os servidores da Seab que irão para a Adapar continuarão pertencendo ao Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) recebendo os salários do QPPE, mas terão direito ao Adicional de Atividade de Fiscalização nos valores citados (Fiscal - R\$ 2.396,25. e Assistente - R\$ 905,25).

CONQUISTAS:

COBRANÇAS DOS SERVIDORES RESULTARAM EM MUDANÇAS NO PL 848

- Foram incluídos biólogos (AP) e técnicos de laboratório (AE). Mas nada consta sobre a atividade específica do laboratório (profissionais, jornada de trabalho etc).
- Em nota à Seab informou que aos demais servidores, não contemplados pela Adapar, será implantada a Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico (GAST), também integrante da base contributiva à Previdência.
- Correção em 6,5% nos dois adicionais - atividade fiscal e auxiliar.
- Foi tirada a restrição para o cargo de AE. Na primeira versão só seriam aproveitados os servidores que exercem função de Técnico Administrativo. Não se informa qual será o tipo de relação funcional: QPPE X Adapar.
- Opção de escolha: os servidores do Defis (AE e AP) passarão para a Adapar salvo manifestações em contrário, a qualquer tempo, pelo servidor, ou pela administração. (Não concordamos com essa decisão de que a administração tenha poder de veto).
- Foi excluído o art. 17º da versão final, que tratava dos afastamentos do cargo que eram computados negativamente na avaliação de desempenho.
- O Art. 48, da versão final do projeto, previa que os adicionais teriam reajuste anual, mas no PL 848 isso foi excluído. (Defende-

Jurídico

NOVAS AÇÕES DO SINDISEAB

AÇÃO DA PRIMEIRA PROMOÇÃO

A ação da primeira promoção/progressão (Autos 27915/0000) já está com o contador para realização de cálculo do que cada servidor irá receber. Integran-tes – Somente os Associados do SINDI/SEAB que enviaram as autorizações.

HORA EXTRA

Na última edição do jornal do SINDI-SEAB publicamos informações sobre a ação da hora extra, mas recebemos pouca procura. Os servidores reclamam muito sobre a situação, mas pelo jeito não estão querendo cobrar seus direitos. Fique atento, divulgue, e encaminhe sua documentação para o SINDI-SEAB. A lista completa de documentos necessários foi publicada na edição 192 e também está no Jornal do SINDISEAB e também disponível em nosso site.

DESENQUADRADOS

Ações de Enquadramento (Indenização desvio de função)

O SINDISEAB entrou com ação judicial para enquadramento e indenização por desvio de função. Como a PGE/Seab está considerando o enquadramento inconstitucional, os servidores podem cobrar indenização por desvio de função dos últimos cinco anos. Para esta ação da indenização de desvio de função são necessários os seguintes documentos:

- cópia do processo administrativo;
- cópia do RG e CPF;
- procuração com firma reconhecida.

REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DA PARANAPREVIDÊNCIA

O SINDISEAB está elaborando nova ação abrangendo os novos associados e aqueles que não integraram a primeira ação da redução da alíquota previdenciária. Já recebemos a documentação de alguns associados, se você tem interesse em cobrar este direito, fique atento e nos mande sua papelada até o final de novembro.

Desde 2000 os associados do SINDISEAB conquistaram a redução da contribuição previdenciária de 14% para 10%. Leia mais sobre esta ação na edição anterior de nosso jornal (192), disponível também em nosso site.

ASSESSORIA JURÍDICA DO SINDISEAB

CURITIBA

Dr. Jackson Sponholz

Rua Comendador Araújo, 323, 9º andar, Conjunto 97 - Centro
Fone: (041) 3222.7970

Dr. Guilherme Manna Rocha

Rua: Augusto Steffeld, 476 - Centro / Fone: (041) 3044.1975 e 9103.3502

PARANAÍ

Dr. Paulo Roberto dos Santos

Rua: Amapá, 1920 - Centro
Fone: (044) 3045.7970 e 8854.0669

UMUARAMA

Yokohama & Yokohama - Advogados Associados

Drª. Sione Yokohama

Rua: Des. Munhoz de Mello, 3694
Fone: (044) 3624.1412

O que é o Abono Permanência

Quando o servidor tem o direito de se aposentar, mas opta por continuar na ativa, pode requerer o Abono Permanência. Dessa maneira, o valor da contribuição previdenciária mensal, recolhida em folha de pagamento, é devolvido ao servidor.

Foi a Emenda Constitucional 41/03, de 30 de dezembro de 2003, que extinguiu a isenção previdenciária e a transformou no Abono Permanência.

O abono é concedido até que o servidor se aposente de fato. Se o processo de aposentadoria for arquivado, cancelado ou sustado, o servidor deve protocolar requerimento dirigido ao RH para reimplantar o pagamento do abono, sem necessidade de novo deferimento da Seap.

Margem Consignável: é o percentual do salário que pode ser comprometido para empréstimo, financiamento ou qualquer outro desconto em folha de pagamento, aprovado pelo servidor. Com a aplicação do Abono Permanência, a margem consignável do servidor aumenta.

Se você tem dúvidas sobre o tempo de serviço ou idade para receber o benefício, procure seu RH.

SINDISEAB mobiliza para reestruturar Coletivo dos Aposentados

Nada cai do céu. Os inativos de hoje são as pessoas que, tijolo a tijolo, ajudaram a construir o SINDISEAB. Em nosso estatuto consta um Departamento de Aposentados, mas ainda falta participação para levá-lo adiante. Dos nossos filiados, 17% são aposentados. O novo coletivo vai integrá-los. Para a reunião, do dia 11 de novembro, foi convidada a professora aposentada, Tomiko Kiyoku, que contou como foi a organização dos aposentados da APP-Sindicato.

Na APP, os coletivos começaram com quatro ou cinco participantes. Hoje, os encontros reúnem até 150 pessoas. Cerca de 40% dos filiados à APP, entre 24 e 25 mil, são aposentados. Com a reforma do estatuto, em 94, foi criada a Secretaria dos Aposentados. Anualmente os secretários dos núcleos fazem um planejamento para definir o plano de lutas para o ano seguinte. Uma das grandes vitórias, no fim de 2009, foi o direito de os aposentados receberem os precatórios com maior agilidade.

Por isso, a professora Tomiko manda o recado: "Não se desfilie! Um mês que não se pague a previdência, dá pra pagar a mensalidade do sindicato o ano inteiro. Aposentados podem participar das mobilizações à vontade, não têm mais chefe para pressionar, ameaçando de impedir progressão e promoção na carreira nem desconto em folha de pagamento. Não podem ficar alienados. Têm tempo e disponibilidade para trabalhar pela sociedade".

Outro convidado foi o Dr. Marcial Ribeiro, da CS Assistance, que fez uma comparação entre os tipos diferentes de assistência à saúde: SUS, SAS

e Planos de Saúde Privados.

Os participantes gostaram muito da reunião, ficaram animados para a próxima, quando serão definidas as prioridades. Depois saborearam um delicioso café colonial.

A criação do coletivo tem data marcada: 2 de dezembro, às 14h30, na sede do sindicato. Já venha com nomes dos responsáveis para encaminhar as lutas. Compromisso: traga mais cinco!!!

Ligue no (41) 3253-6328 e confirme sua presença.

APOSENTADOS APROVAM MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, aposentados da base do SINDISEAB, repudiamos a cassação da liberação do nosso dirigente Heitor Rubens Raymundo, membro do Conselho Fiscal do SINDISEAB, pela diretoria do IAP.

Estamos indignados com tal atitude, pois ele foi escolhido por nós para nos representar e encaminhar nossas lutas. Isso é uma afronta ao nosso direito constitucional de organização. Portanto, reivindicamos a revisão da medida tomada, que fere a autonomia e liberdade sindical.

Nota: o SINDISEAB está tomando as medidas cabíveis. No dia 21 de novembro, às 14:30 horas, na audiência com o Diretor Presidente do IAP - Tarcísio Mossato Pinto, um dos pontos da pauta é a revisão da cassação do nosso dirigente.

TRAPE-ZAPE

RAPIDÍSSIMAS RAPIDÍSSIMAS RAPIDÍSSIMAS

DETRAN: DEPUTADOS APROVAM TARIFAÇÃO DE BETO RICHÁ

O governador tratorou! O projeto de lei que trata dos reajustes nas tarifas do DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - foi enviado à Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP – no dia 3 de novembro. Nos dias 7 e 8 foi aprovado em 1ª, 2ª e 3ª votações.

No texto original, o maior reajuste previsto era na taxa de Autorização Prévia para Confecção de Placas, quando a placa é roubada e o motorista solicita uma nova: de R\$ 10,82 para R\$ 64,92, um aumento de 500%! A justificativa é que os recursos arrecadados serão investidos na Segurança Pública.

A reação da oposição e da imprensa foi imediata. Líderes de sete partidos disseram ter dúvidas sobre os percentuais propostos pelo governo, mesmo assim, 42 deputados aprovaram o projeto sem qualquer alteração no texto. A bancada do PT votou contra. No dia 08, com emendas, as taxas foram revistas. Ainda assim, os reajustes chegaram a 267%. No total, 62 taxas ficaram mais caras, além de criadas 24 novas tarifas e extintas 14.

Deputados da oposição criticaram a forma como o governo aprovou o Tarifaço, em regime de urgência, sem discussão prévia com os parlamentares.

De qualquer forma, o Tarifaço não se justifica, ainda mais quando se sabe que os cofres do governo estão cheios de dinheiro (leia matéria no site do SINDISEAB http://www.sindiseab.org.br/noticias_detalhes.php?id1=1679). Em 2007, o governador Requião tentou aumentar as taxas do DETRAN com percentuais bem menores e foi acusado de tentar roubar dinheiro do povo.

Em nota, a Central Única dos Trabalhadores do Paraná - CUT-PR - lamentou a postura do Governo do Estado, que adota uma medida totalmente fora da realidade econômica do trabalhador e da sociedade.

DO LEITOR

TRABALHO DESCENTE

Participei da Conferência Macrorregional do Trabalho Descente, realizada no dia 20 de outubro de 2011, em Maringá. Os trabalhos foram divididos em 4 EIXOS. Participei do EIXO I, relacionado aos aspectos legislativos do trabalho, no qual levantamos propostas que serão apresentadas na Conferência Estadual, no dia 25 de novembro, em Curitiba.

As principais propostas do EIXO I são:

- Exclusão dos locais insalubres e perigosos da base de cálculo para cotas de menores aprendizas;
- ratificação da convenção 87 da OIT, no que se refere à liberdade de organização sindical;
- regulamentação da Convenção 151, no que se refere ao direito de organização e negociação dos servidores públicos;
- estabelecer uma política de valorização e recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e manter a vinculação do piso dos benefícios da previdência social ao salário mínimo;
- que o salário mínimo regional siga a mesma política de reajuste do salário mínimo nacional, observados os indicadores regionais, inclusive que nenhum servidor público ganhe menos que um salário mínimo regional;
- que o Poder Público reconheça os pisos salariais de todas as classes profissionais em todas as categorias.

Donizétti Silva, dirigente do SINDISEAB, em Maringá.

Mande sua mensagem para jornalismo@sindiseab.org.br ou em nosso site no link "Fale Conosco".

GIRO

NOTÍCIAS DOS LOCAIS DE TRABALHO



26 DE OUTUBRO

Pessoal do Núcleo de Paranavaí marcou presença na mobilização do dia 26 de outubro, promovida pelo Fórum das Entidades Sindicais, do qual o SINDISEAB é membro.

Na foto estão servidores de Paranavaí, mas também de outras regiões do Estado. Parabéns a todos pela participação e organização!

SINDISEAB Completa Ciclo de Cursos de Formação



CURSO EM TOLEDO REUNIU ASSOCIADOS DE CASCAVEL, CRUZEIRO DO OESTE, FRANCISCO BELTRÃO, PATO BRANCO, TOLEDO E UMUARAMA

O curso "Educação para a Cidadania e Desenvolvimento Sustentável", oferecido para associados dos viveiros do IAP, barreiras da Seab e fábrica de tubos no Instituto das Águas, obteve um total de 134 participantes em suas quatro edições. Em Londrina foram 28; Guarapuava, 44; Paranavaí, 28, e por último, entre os dias 9 e 11 de novembro, 34 em Toledo.

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Redação:** Cláudia Maria de Moraes | **Jornalista Responsável:** Rafaela Santin (DRT/PR 4284) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** GPP Impressão | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA

Presidente: Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa). **Vice-**

EXECUTIVA

Presidente: Antoninho Fontanella (Seab/Francisco Beltrão). **Secretária**

ESTADUAL

Geral: Carmem Terezinha Leal (Sema/Curitiba). **1º Secretário:** Jean Carlos

Secretário: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (Seab/Curitiba). **Tesoureira**

General: Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba). **1º Tesoureiro:**

Izaías Alves Pereira (Sema/Curitiba). **Conselho Fiscal** | **Titulares:** Heitor Ru-

bens Raymundo (IAP/Curitiba), Mario do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão), Milton Vasconcelos Guedes (Seab/Curitiba).



SINDISEAB
SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, FUNDEPAR E AFINS

• FONE/FAX: (41) 3253.6328

• E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br

• SITE: www.sindiseab.org.br